

Texto 02

O cuidado e a produção da vida em sociedade

Iniciamos nosso segundo texto buscando dar cada vez mais materialidade para as reflexões no campo dos estudos do cuidado e do reconhecimento do cuidado enquanto elemento essencial para a produção da vida em sociedade.

No nosso primeiro texto, ***O Cuidado que saiu de casa e chegou ao Estado***, tratamos sobre o que é o cuidado, as relações estabelecidas entre cuidado e capitalismo, patriarcado e racismo, e, acreditamos, já trouxemos elementos importantes para a compreensão sobre porque o acesso ao cuidado deve ser considerado um direito e um bem público.

Cuidado, como já vimos, é uma necessidade para a sociedade, essencial para a produção da vida, e quando não é considerado direito e bem público, tende a ser desigualmente distribuído, seja em termos de acesso aos cuidados de que se necessita, seja quanto à possibilidade de prover cuidado, bem como de acessar autocuidado.

Para uma melhor elucidação sobre esta equação, utilizaremos dois recursos, primeiro a referência a um trecho da fala da atual Secretária Nacional de Cuidados e Família, a socióloga, Laís Wendel Abramo (2021), e, segundo, um pequeno “caso”:

Figura 1: O cuidado como direito

	<i>[...] o cuidado é um direito das pessoas em todos seus ciclos de vida. Cuidado não é só cuidar de uma criança ou pessoa doente, se refere também à reprodução diária da existência, aos variados cuidados necessários para cada um de nós [...] O acesso a esse direito é desigual, as mulheres são as provedoras principais e na ausência da ação pública, compromete o tempo e a vida de uma mulher e sua renda.</i>
---	--

Fonte: Fundação Perseu Abramo - disponível em: <https://fpabramo.org.br/2021/10/25/napp-mulher-politicas-de-cuidado-e-desigualdade-2/>

Nesse trecho, é possível perceber uma reafirmação, em relação ao cuidado como trabalho, como um direito e como uma necessidade. Há também uma questão na fala de Abramo que é muito importante para caminharmos na direção de, não apenas reconhecer o trabalho e a

demanda do cuidado, mas, para a compreensão de que o cuidado como bem público pode atuar na produção de maior equidade na sociedade, pode e deve ganhar centralidade na definição de políticas públicas, econômicas e socioambientais, orientando inclusive investimentos em infraestrutura, como acesso a água, saúde, habitação, transporte, entre outros.

O cuidado como um bem público deve vir muito afinado com o reconhecimento de que o cuidado enquanto trabalho necessidade e direito, se distribuem de forma desigual em nossa sociedade e produzem experiências de cidadania muito distintas. E este reconhecimento, associado a maior provisão de cuidados e valorização do trabalho de cuidado, pode ter impacto direto na distribuição de oportunidades e ampliação das capacidades, principalmente das mulheres.

As mulheres ao terem de prover mais cuidado têm menores chances de se manterem no mercado de trabalho de forma contínua, de se manterem no emprego, de permanecerem na escola, de terem tempo para o autocuidado.

Neste sentido o reconhecimento do cuidado como trabalho, direito e bem público, volta-se para a perspectiva de que o desenvolvimento das sociedades precisa vir associado à produção de soluções coletivas, que dialoguem sobre o bem comum, que atuem em relação a uma melhor distribuição de tempo, direitos e acessos, que muito provavelmente terão impacto direto na renda e na ruptura de ciclos intergeracionais de pobreza, de baixa escolaridade, trabalhos precários, necessidade de deslocamentos, sobrecarga nas demandas e provisão de cuidados.

Esta tem sido a solução percebida por vários Estados nacionais e economias, principalmente na América Latina, a partir das diferentes crises vivenciadas, a citar as econômicas, climáticas, sanitárias, políticas e ambientais. Porque está cada vez mais evidenciado que a perspectiva utilitarista do Estado mínimo, com o alargamento da presença do mercado e responsabilização das famílias pela provisão dos trabalhos de cuidado, é incapaz de produzir equidade, ou maior justiça social.

Vamos tentar dar materialidade para todas estas questões a partir de uma história, que apesar de ficção, é inspirada em milhares de histórias reais.

Catarina é uma criança, negra, moradora da periferia de qualquer uma das inúmeras cidades brasileiras. Ela tem 10 anos, é uma menina bonita, alegre, esperta e que gosta da escola. Mora com a sua mãe e dois irmãos menores que ela, a casa é pequena, a rua sem asfalto e o bairro tem problemas de abastecimento de água, Catarina sabe disso, ouviu na televisão e já conhece a correria para lavar roupas,

limpar a casa e armazenar água no dia em que tem água na torneira. Catarina gosta da escola, mas tem dificuldades com matemática e português. Acha engraçado como parece fácil quanto a “tia” mostra no quadro, mas, sozinha em casa para fazer a tarefa, é tudo mais difícil.

Catarina “ajuda” a mãe tomando conta dos irmãos menores antes de depois da escola. A mãe paga uma vizinha para levar e buscar na escola junto com as outras crianças. Catarina “ajuda” com a tarefa, com o banho e organizando o almoço e a janta, que a mãe faz a noite quando chega do trabalho e deixa pronta só para esquentar. A mãe de Catarina tem medo do fogão, Catarina também, o jeito foi pegar o cartão da patroa emprestado para comprar um forno microondas para Catarina não mexer com fogo.

A mãe de Catarina se chama Lélia é meio que uma empregada doméstica e babá, a casa em que ela trabalha fica do outro lado da cidade, ela sai muito cedo e às vezes chega tarde, não tem outro jeito, ela precisa chegar no trabalho para dona Ana sair para trabalhar, lá, é ela que arruma João e Mariana para ir à escola, ela leva, volta e arruma a casa, quando vê já chega a hora de organizar o almoço, buscar os meninos, colocar a mesa, e dar conta de tantas outras tarefas que quando ela percebe o dia já foi embora, só o cansaço no ônibus que a faz lembrar que o dia foi longo.

Quando chega em casa, por mais que Catarina tenha “ajudado”, é preciso ligar o fogão, aproveitar a água na caixa, lavar a roupa, o banheiro, organizar as coisas para Catarina poder ajudar. Quando termina tudo, o banho e a satisfação de ver seus meninos dormindo, só assim tem noção do tanto que esticaram no último ano, deita-se na cama, fecha os olhos e parece que só piscou, está de pé outra vez, é preciso se apressar tem que chegar no trabalho para dona Ana poder sair para trabalhar.

Catarina e seus irmãos assim como outras crianças demandam cuidado. Catarina como outras meninas pobres, periféricas e negras provê cuidado desde a infância. Lélia anda esgotada, os meninos de dona Ana têm uma agenda puxada, e ainda tem a casa, a comida, a roupa, o tempo de brincadeira na praça, a aula de inglês, a aula de futebol, e, não menos importante, o controle do tempo na frente das telas. Lélia ama seus filhos, mas tem dificuldades para cuidar, ama também os meninos de dona Ana, cuida deles desde bebês, ela recebe por esse trabalho que é um trabalho de cuidado. Ana está esgotada e percebe isso quando fica nervosa com a bagunça dos seus meninos em casa.

A distância de casa para o trabalho é longa e o transporte é ruim, gasta muito tempo com isso. Tentou conversar com dona Ana sobre a hora do almoço, para ver se conseguia ir mais cedo para casa, dona Ana disse que não era possível, se bem que, agora pensando parece mesmo uma bobagem, sozinha com os meninos de dona Ana na casa, Lélia não tem mesmo horário de almoço.

Chega em casa cansada, vê pouco os filhos e quando abre o portão da casa alugada, a necessidade

de cuidado já está ali na porta de entrada, o trabalho está ali, uma necessidade, não tem uniforme para os meninos irem à escola amanhã, nem comida para esquentar, mas ela já não tem força, está cansada, irritada, cobra de Catarina a vassoura que não passou na casa, os copos e os pratos que estão na pia, não tem cabeça para ensinar as tarefas que Catarina não soube fazer, mas, paciência, a professora precisava entender, mas, não, amanhã virá outro bilhete da escola.

Lembra dos meninos de dona Ana, nunca tiraram o copo da mesa, mas os dela não, se ela aprendeu assim é assim que vai ensinar, trabalho se aprende desde criança. Quando se deita na cama, cansada, toma uma resolução: Pronto, no final de semana vai ensinar Catarina a lavar a roupa e cozinhar. Dorme, parece apenas piscar o olho, já está na hora de levantar-se...

Fonte: Elaboração das autoras

Essa é uma história tão real que soa quase como uma mentira falar que ela é uma ficção. Todos e todas nós ou nos reconhecemos na história, seja com Lélia, porque também precisamos prover cuidado dentro e fora de casa, ou, com Catarina e seus irmãos, porque desde a infância estivemos frente a frente com a necessidade de prover trabalhos de cuidado para atender as demandas cotidianas. Ou, ainda, nos reconhecemos com Ana, porque temos alguém como Lélia, provendo trabalho de cuidados em nossas casas.

Importante dizer que essa, assim como outras histórias, também tem uma moral: Ainda que o tempo de trabalho de Ana e Lélia seja idêntico, quase sincronizado, eles têm reconhecimento, salário e valor muitos diferentes. E, os filhos de Lélia e Ana muito provavelmente terão também oportunidades, trabalhos e acessos muito diferentes. Neste sentido, retomamos, que o cuidado enquanto direito não está distribuído de forma equitativa por toda a sociedade e impacta diretamente nas oportunidades.

A ideia de contar essa história é uma forma de tentar nos aproximar de tudo o que dissemos até aqui a partir de uma narrativa, com trama, enredo e personagens específicos. Importante dizer que Lélia e Ana são personagens atemporais, assim como Catarina e seus irmãos, essa trama vem se reproduzindo há muitas gerações em nossa sociedade, porque no final das contas o cuidado como trabalho e como uma necessidade está na base daquilo que orienta as nossas relações sociais.

A necessidade do cuidado é imperativa, seja na sua importância, seja nos seus impactos do cotidiano, No caso brasileiro, a Secretaria Nacional de Cuidados e Família - SNCF foi criada na nova configuração do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,

antigo “MDS”, e em alguma medida nos revela, ou nos induz à expectativa, de novas abordagens na forma de construção e condução das políticas públicas relacionadas ao campo da proteção social e garantia de acesso a direitos, e é sobre isto, para além da reflexão mais teórica, política e conceitual sobre o cuidado e economia do cuidado, que viemos tratando ao longo deste texto.

Neste sentido, como forma de sistematizar tudo o que foi dito até aqui, para conseguirmos efetivamente compreender o que está colocado quando afirmamos o Cuidado como direito, necessidade e bem público, vamos apresentar o significado de cada um desses termos no quadro abaixo:

QUADRO 1: Significados e termos relacionados ao Cuidado como direito, necessidade e bem público

TERMO	SIGNIFICADO
Direito	O Direito é um sistema formal de normas e regras que visam regular as relações sociais e garantir a ordem pública. Essas normas são criadas pelo Estado e são coercitivas, ou seja, podem ser impostas pela força se forem descumpridas. O direito tem a função de organizar a vida em sociedade; resolver conflitos; proteger os mais vulneráveis e promover a justiça social.
Necessidade	Necessidade é um substantivo feminino que nomeia aquilo que é inevitável, imprescindível, fundamental, que tem grande importância, que deve ser feito ou cumprido por ação, imposição ou obrigação.
Bem público	Como bens de uso, tais objetos, móveis ou imóveis, devem ser compulsoriamente geridos como meios de satisfação direta de necessidades da coletividade. Trazendo-se tal noção para o campo dos bens públicos, é possível sustentar que a Administração Pública não deve estocá-los, vedar sua função primária de ser usado por alguém, nem os manter em seu patrimônio somente para fins especulativos ou de mero investimento. O não usar é omissão incompatível com o desejo do legislador.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos portais JusBrasil (2024), Enciclopédia de significados e Enciclopédia Jurídica da PUCSP.

Em alguma medida ao olharmos os conceitos de forma associada, tal como fizemos com o “Diamante do Cuidado”, apresentado no **Texto 1**, podemos inferir que a necessidade de cuidado, que é comum a todos indivíduos em todas as etapas da vida, por ser inevitável, imprescindível, fundamental, com grande importância, deve ser garantida ou cumprida por ação, imposição ou obrigação, e, é neste sentido, que o Estado assume importância fundamental, porque em uma

democracia, é o Estado que deve organizar através da política e do direito, as relações entre indivíduos e instituições, buscando resolver conflitos e promover a equidade. E, como vimos até aqui, o Cuidado como política é uma forma de o Estado assumir a coordenação e por vezes a responsabilidade pela provisão de cuidados.

Mesmo porque é impossível pensar em desenvolvimento com tantas pessoas demandando cuidado, sem ter possibilidade de acesso a este, seja por ausência dos meios materiais e /ou sociais para o acesso e provisão do cuidado, seja porque não há provisão destes por parte do Estado.

Da mesma forma que também é eticamente reprovável, algumas pessoas receberem cuidados em excesso, enquanto outras, cuidados insuficientes, mantendo-se em suas trajetórias as inúmeras barreiras de acesso relacionadas à pobreza, com cotidianos marcados por desvantagem social (na escola, no trabalho, na capacidade de realizar projetos), subcidadania, abandono, sobrecarga e adoecimento, alimentando ciclos viciosos e intergeracionais. O que foi exemplificado aqui a partir da história de Lélia, Catarina e seus irmãos, dona Ana e seus filhos.

Neste sentido, ao assumir o Cuidado como direito e bem público, o Estado caminha no sentido de reparação histórica, de ampliação do exercício de cidadania e do Estado democrático de direito. O esvaziamento de responsabilidades coletivas por parte do Estado, bem como separação destas responsabilidades em pautas e agendas muito específicas, cria um sombreamento sobre parte significativa das relações sociais que são estruturantes do cotidiano do país, fazendo com que estas, que apesar de impactarem diretamente nos indicadores de desenvolvimento e cidadania de forma geral e na economia de modo particular, passem a ser invisibilizadas, desapareçam apesar de sua importância e essencialidade.

A Economia do cuidado e o cuidado como produtor da vida

A economia do cuidado será tomada neste texto, como um campo de grande importância para o processo de politização do trabalho de cuidado, historicamente invisibilizado, relegado ao espaço do privado e à responsabilidade das mulheres. A economia do cuidado é um conceito que abrange todas as atividades relacionadas ao cuidado e suporte das pessoas — sejam crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência —, bem como o cuidado com o lar. Atividades podem ser realizadas tanto no âmbito doméstico e pessoal quanto no profissional, e podem ou não ser remuneradas.

Isso inclui uma variedade de tarefas essenciais para o bem-estar e a manutenção da vida diária, desde cuidados pessoais diretos, como alimentar, vestir e supervisionar, até a gestão dos lares, como cozinhar, limpar e manter a casa em ordem.

Para compreendermos o que é Economia do cuidado e como ela assume papel fundamental no reconhecimento do cuidado como trabalho e necessidade, bem como na produção de evidências sobre a desigual, injusta e insustentável divisão que se estabelece na sociedade, com sobrecarga sobre as mulheres, principalmente as mulheres mães, pobres, pretas e periféricas, vamos apresentar algumas definições sobre o que é economia do cuidado:

Enquanto campo de produção de conhecimento, a economia do cuidado refere-se para o estudo e análise do conjunto de atividades não remuneradas ou invisibilizadas que envolvem o cuidado de pessoas, como o trabalho doméstico e de cuidados. Sobre as atividades consideradas neste campo as relacionadas ao trabalho doméstico, como cozinhar e limpar, cuidar de crianças e idosos, manutenção de ambientes de cuidado, como hospitais e clínicas, trabalho em setores de educação, saúde e serviços sociais.

Neste sentido é essencial reconhecer valorizar o trabalho do cuidado é fundamental para uma sociedade mais justa e sustentável. Bem como investir na economia do cuidado permite que mais pessoas participem da força de trabalho formal. Dentre os desafios postos estão: o trabalho do cuidado é majoritariamente exercido por mulheres; o trabalho do cuidado não permite que muitas mulheres consigam um emprego fora de casa; o trabalho do cuidado dificulta diversos aspectos da vida das mulheres, como seu caminho profissional e suas aspirações.

Como vimos na história de Catarina, Lélia e Ana, a necessidade, demanda e provimento de cuidados, nos remete para uma teia que envolve diferentes atores instituições e processos. A incapacidade de Lélia de atender a demanda de cuidado de Catarina e seus irmãos está diretamente relacionada à necessidade do trabalho remunerado com horário incompatível com a “produção da vida” familiar, à ausência de possibilidade de partilhar o trabalho de cuidado de forma mais equitativa com o Estado, da família e comunidade. Lélia está praticamente “solo” em seu papel de cuidar, isto afeta no cuidado que seus filhos acessam, em sua capacidade de acessar cuidado e autocuidado.

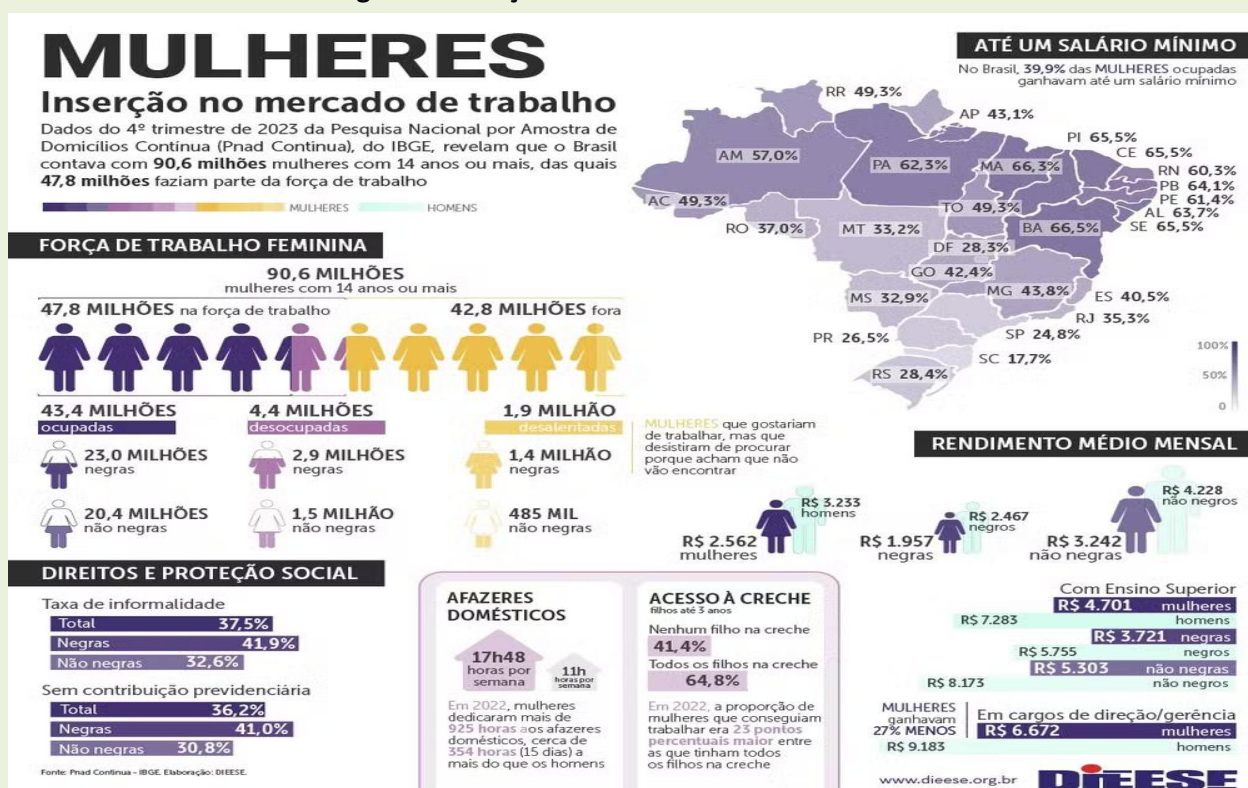
Isto porque em uma sociedade desigual como a brasileira, a materialidade em relação à demanda e acesso a cuidado não acontece de forma justa e proporcional para a população. Do lado de quem fica responsável por prover o cuidado, há, em muitos casos, redução de

oportunidades de permanecer e se manter no mercado de trabalho e o acesso a partir da informalidade coloca estas mulheres mais sujeitas à exploração, sobrecarga física e emocional.

É neste sentido que a Economia do cuidado fará um investimento na perspectiva de que é preciso reconhecer o cuidado como trabalho, atividade fundamental para a manutenção da vida e das relações sociais. Quando invisibilizado e desvalorizado na sociedade, essa desvalorização se reflete na falta de reconhecimento do trabalho de cuidado como uma atividade produtiva e no baixo nível de remuneração das cuidadoras, que muitas vezes atuam sem vínculos e sem direitos trabalhistas e previdenciários, um exemplo é o trabalho doméstico em que as mulheres trabalhadoras domésticas muitas vezes não têm contratos formais, são mal remuneradas e não têm acesso a seguro de saúde ou aposentadoria.

Exemplo disto pode ser visto na pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2024, enquanto mulheres gastam praticamente um dia completo por semana só com afazeres domésticos — dezessete horas semanais — homens gastam menos da metade de um dia — onze horas semanais. O dado foi divulgado no estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2024.

Figura 2: Inserção das mulheres no mercado de trabalho



Fonte: Inserção das mulheres no mercado de trabalho — Foto: Reprodução / DIEESE

Outra questão é que muitas mulheres, principalmente as pretas e mais pobres, enfrentam desafios no acesso a serviços de cuidado de qualidade, como creche, escola infantil, que sejam de qualidade para as crianças e acessíveis às mulheres.

A pesquisa também expõe que mulheres que completaram o ensino superior ganham 35% a menos que homens, enquanto a média de salário deles chega a R\$ 7000, a delas fica em R\$ 4000. Além disso, o rendimento médio mensal das mulheres em 2023 foi 23% menor do que o recebido pelos homens. (Dieese, 2024)

Dentre as mulheres negras ocupadas (abrange empregos formais e informais), metade ganha até um salário-mínimo. Entre as mulheres não negras, esta proporção é de 29,1%. As mulheres negras são, também, 73% entre as desalentadas, ou seja, que desistiram de procurar por emprego. Compreendemos que isso se deve a congruência de um sistema que opera sob o racismo e a misoginia. (Dieese, 2024)

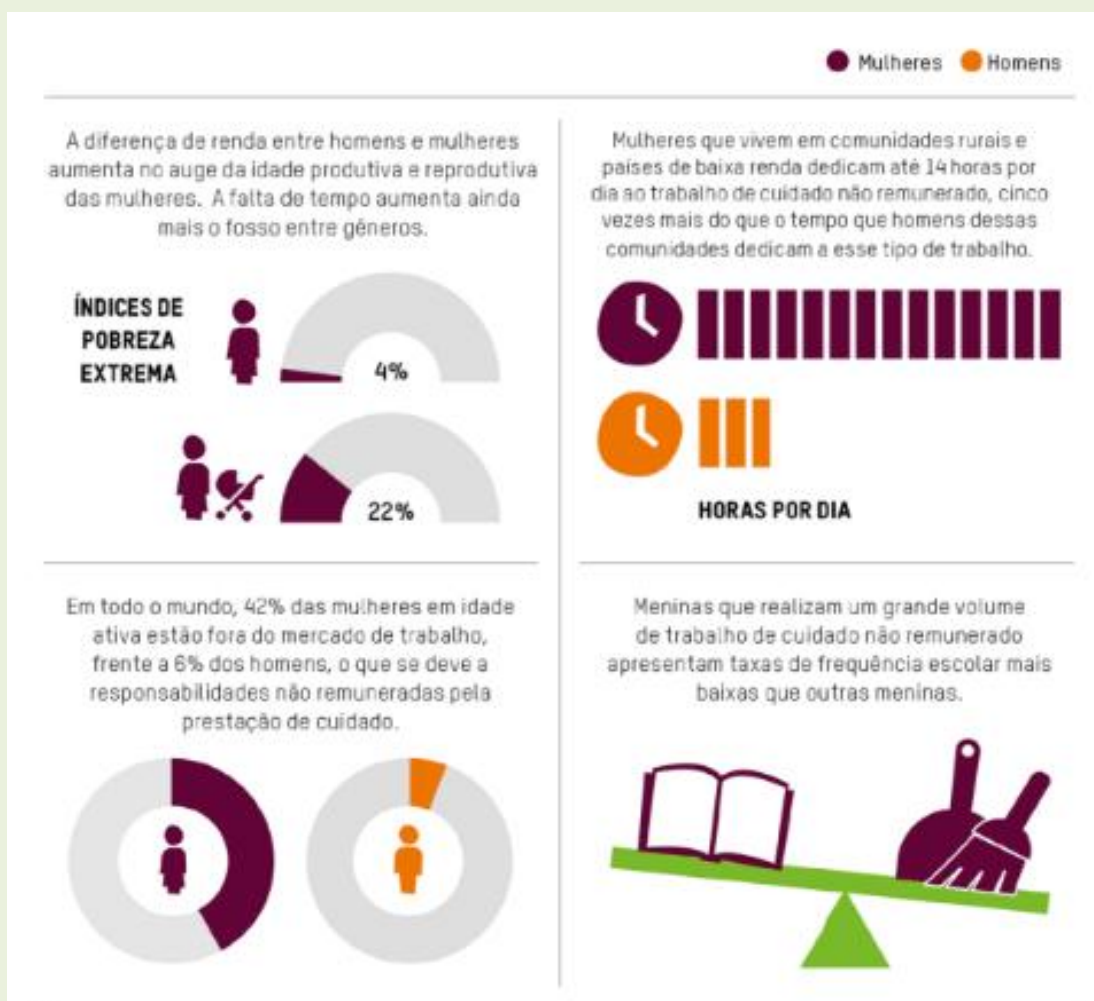
O Relatório “Tempo de Cuidar” da OXFAM de 2020, confirma e destaca que o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade estão diretamente relacionados. Isso tem como base um sistema econômico sexista e falho, que valoriza a riqueza de um grupo de poucos privilegiados (homens, na sua maioria), do que bilhões de horas dedicadas ao trabalho mais essencial – o do cuidado não remunerado e mal pago, prestado principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo.

As tarefas diárias de cuidar de outras pessoas, cozinhar, limpar, buscar água e lenha são essenciais para o bem-estar de sociedades, comunidades e para o funcionamento da economia¹. A pesada e desigual responsabilidade do trabalho do cuidado perpetuam as desigualdades de gênero e econômica, conforme aponta o Relatório (imagem abaixo), independente da configuração que o trabalho/economia do cuidado se apresente.



¹ **Figura 3** - Shienna Cabus e sua filha coletam água em uma fonte local em Eastern Samar, nas Filipinas. Elas usam um carrinho para transportar os galões cheios de água para casa. Shienna é integrante da Associação de Autoajuda Bangon Pangdan. Foto: Aurelie Marrier d'Unienville/Oxfam (2017) - OXFAM. Tempos de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil. Relatório, 2019.

Figura 4: A pesada e desigual responsabilidade pelo trabalho de cuidado não remunerado recai sobre mulheres e meninas



Fonte: OXFAM: 2020

Neste sentido as pesquisas de usos do tempo podem contribuir para o fomento de políticas públicas mais próximas à realidade das pessoas, e, considerando a organização social do cuidado, podem atuar no combate às desigualdades de gênero.

Cristina Carrasco (2003) afirma que a análise das necessidades de reprodução das pessoas é o que permite recuperar todos os processos de trabalho, dar os nomes de quem assume a responsabilidade do cuidado da vida, estudar as relações de gênero e de poder e, em consequência, analisar como se estruturam os tempos de trabalho e de vida dos diferentes setores da população.

Em contraste com a má-fé que caracteriza esse “esquecimento não inocente” de todo o trabalho de cuidado realizado, Cristina Carrasco (2003) propõe uma “mirada” de fora dessas relações cotidianas, um convite ao estranhamento, à desnaturalização, o que nos permite

entender o principal fator que inviabiliza o cuidado, o fato de que todo o trabalho necessário para que a vida e a sociedade funcionem é desconsiderado, considerado algo externo, fora da dinâmica da sociedade.

Neste sentido, como já vimos, as mulheres vivenciam uma sobrecarga no uso/distribuição de seu tempo no cotidiano, porque assumem, além do cuidado de si, os cuidados de outros, e a análise do tempo de trabalho, quando realizadas, colocam em manifesto as importantes desigualdades entre mulheres e homens. E o fato de o Brasil ainda não realizar pesquisas mais alargadas sobre o uso do tempo é um dos fatores primordiais para a inviabilidade da provisão de cuidado com qualidade, dignidade sem produção de desigualdade no cotidiano.

Já discutimos questões relacionadas a este tema; agora, é o momento de tecer de forma mais consistente a trama que viemos construindo até aqui, para compreender o papel dos feminismos para garantir o acesso ao cuidado de qualidade para quem dele necessita. Isso significa um trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores remunerados/as do cuidado e a redução da sobrecarga de trabalho para quem cuida de forma não remunerada, bem como sobre a corresponsabilidade de gênero pela provisão de cuidados, considerando as desigualdades interseccionais.

Tratar da relação do movimento feminista, ou dos feminismos, com a pauta do cuidado enquanto trabalho é essencial para a compreensão sobre o Cuidado como política, isto porque o feminismo (ou os feminismos) caracteriza-se enquanto movimento social por direitos civis, protagonizado por mulheres, que desde sua origem reivindica a igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres e busca combater o modelo social baseado no patriarcado e nos abusos e na violência contra as mulheres. Ao longo da história o movimento protagonizou a luta pelos direitos trabalhistas, pelo direito ao voto e contra as opressões dentro do ambiente familiar.

Ao assumir a centralidade de gênero enquanto uma categoria útil para a análise das opressões historicamente vivenciadas, o movimento vai apontar para uma perspectiva política das desigualdades. Superando a dualidade entre sexo e gênero, que prevaleceu até a década de 1980.

A historiadora estadunidense Joan Scott (1995), aponta a incapacidade de refletir sobre as relações de poder a partir da centralidade das diferenças entre os sexos. A autora entende que gênero seria uma percepção sobre as diferenças sexuais, que, apesar de existirem, são hierarquizadas dentro de uma maneira de pensar patriarcal e classista. Neste sentido, ao apontar a centralidade de gênero, a autora, não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados,

mas afirma que a diferença a partir da construção dos significados de ser homem e mulher são construídas, produzem e consolidam significados culturais para ser homem e mulher na sociedade, posicionando e significando estes corpos diferentes em relações hierárquicas e desiguais.

Nesse sentido, surge a crítica sobre o patriarcado como central no feminismo, a partir da compreensão de que ele é responsável por uma gramática de produção de sentidos, sistema sociopolítico que coloca os homens em situação de poder, têm o gênero masculino e a heterossexualidade como superiores nas relações.

Em alguma medida, o que o movimento feminista vem fazendo é isto, tensionar os sentidos e significados de ser “homem” e “mulher” e os acessos desiguais resultantes da forma de “manejar” com estas diferenças. Por isto Scott (1995) alerta para insuficiência de pensar a história a partir das mulheres ou homens de forma separada, uma vez que é na relação, na construção de sentidos que estariam às bases para a desigualdade.

A dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro relacionado para a natureza e o segundo, para cultura, não foi capaz de combater o sistema estrutural o qual oprimia e dominava os corpos femininos com o intuito de manter mulheres dentro de casa para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, inviabilizando suas vidas políticas e o trabalho fora de casa, enquanto aos homens cabia o espaço público.

É importante destacar que o próprio movimento passa por processos de tensionamentos internos e externos que leva a uma série de transformações e divisões, por isto falamos sempre de feminismos no plural, ou de ondas associadas ao movimento como forma de compreender os processos de ampliação e aprofundamento de suas pautas e reivindicações.

Nesse sentido, a princípio podemos sistematizar, em termos gerais, que o movimento feminista teria passado ou se estruturado a partir de “4 ondas” de mobilização e organização, conforme é ilustrado no quadro 2.

Quadro 2: A organização política das mulheres organizadas a partir de “ondas” de manifestação

Ondas do movimento	Principais pautas de reivindicação
Primeira onda - final do século XIX, conduzido por mulheres do Reino Unido e dos EUA, brancas e de classe média.	Buscavam a conquista de igualdade jurídica, como o direito ao voto e os critérios a casamentos arranjados. Elas queriam uma relação mais proporcional e equilibrada no

	casamento.
Segunda onda - se inicia na década de 1960 e vai até a década de 1980.	Questionamentos sobre o objetivo de ser mulher e sobre a sua subordinação no cotidiano, moldada a partir do modelo patriarcal que procurava manter as mulheres dentro de casa para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, bem como não possibilitava a igualdade de acessos como ao trabalho remunerado e aos estudos em universidades, as mulheres reivindicam mais oportunidades de trabalho para o âmbito familiar e menos submissão do homem, elas não queriam viver apenas para cuidar da casa e ter filhos.
Terceira onda - acontece a partir de 1990.	Reflete sobre as diferenças entre as mulheres e seus objetivos, busca combater os preconceitos de classe, impulsionando o movimento negro e a discriminação do sexismo presente em diversos lugares. Busca o rompimento da mulher sobre um grupo único que luta contra as mesmas injustiças e parte do mesmo lugar, tentando pleitear e mostrar as diferenças de raça, classe e região. Essa onda é importante, pois aborda como muitas mulheres não conseguiram lutar pelos seus direitos nos outros movimentos feministas, por se tratar de um movimento majoritariamente protagonizado por mulheres de classe média até então. A terceira onda foca e ressalta grupos como os de mulheres negras e lésbicas, é aqui que identificamos as diversidades femininas. O movimento foi significativo para a criação de novas vertentes do feminismo, aprimorando novos padrões.
Quarta onda - Desde meados da década de 1980 e, especialmente da década de 1990.	Responsável pela emergência de um ciberativismo feminista, ou seja, um ativismo feminista por meio da web. A obra “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-

	socialista no final do século XX”, da filósofa Donna Haraway, publicada em 1985, já apontava para a crise dos movimentos sociais enquanto potência de agregação e difusão de identidades e destacava a internet como uma nova forma de expressão e reconhecimento destas. Para a autora, então, em face a um enfraquecimento dos movimentos sociais tradicionais, a internet estava se tornando uma nova forma de difusão de valores caros à luta social, como as identidades de gênero e raciais, por exemplo. O potencial da web, apontado pela autora, pôde ser verificado com o ciberfeminismo se espalhando pelo mundo nos anos seguintes, inclusive na forma da I Internacional Ciberfeminista, realizada na Alemanha em 1997.
--	--

Fonte: Elaborada pela autora a partir do artigo, *Vertentes do feminismo: conheça as principais ondas e correntes!*, escrito por Julia Botelho para o portal Politize. Disponível em <https://www.politize.com.br/feminismo/>

Repensar o cuidado como parte integrante simultaneamente da esfera privada e pública, nos aponta para uma das questões centrais dos movimentos feministas, que vai constituindo no tensionamento desta dualidade uma das suas principais contribuições para as relações em sociedade.

Estas teorias trazem luz para a construção conceitual das duas esferas da vida, a privada e a pública, refletindo que ao apartar o público do privado, acabamos por apartar a esfera privada de critérios de justiça e igualdade, diferentemente da esfera pública.

Esta é uma reflexão mais contemporânea dos movimentos, isto porque, ainda que o fenômeno relacionado para a divisão sexual dos trabalhos do cuidado e dos impactos desta divisão na vida das mulheres tenha se estruturado há séculos, é apenas nos anos setenta que os estudos sobre o cuidado como trabalho ganham maior força. Isso acontece porque os movimentos feministas inicialmente reconheciam que a independência feminina estaria ligada a busca da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

A pauta das reivindicações do movimento estava muito estabelecida a partir da comparação com uma agenda sobre os acessos dos homens, relacionadas ao espaço público, anteriormente ao direito ao voto, posteriormente em relação ao direito ao trabalho, a direitos

políticos e educacionais, entre outras pautas por maior igualdade. No entanto, muito cedo ficou evidenciada que a entrada das mulheres nesses espaços não implicou uma redução da sua importância, essencialidade e quase que exclusividade na responsabilidade dos trabalhos domésticos e de cuidado.

Torna-se impossível ignorar que era preciso refletir politicamente sobre o cotidiano, sobre as opressões vivenciadas nas expressões da divisão sexual do trabalho e das atividades também dentro do espaço das casas e não apenas entre mulheres e homens, mas também entre mulheres. É a partir da chamada segunda onda do movimento feminista, que a perspectiva do pessoal ser político ganha força, ou seja, de realmente termos que refletir no âmbito público sobre questões atinentes à esfera privada especificamente com relação à economia do cuidado.

O que tem a nos ensinar as experiências latino-americanas

Partir da América Latina e Caribe para compreender o que temos em curso para uma melhor organização dos trabalhos de cuidado é essencial. De um lado, porque temos experiências importantes e potentes nesta região, o que pode nos ajudar a delinear melhor os passos a serem dados aqui no Brasil, e, por outro, porque temos contextos culturais, sociais e políticos próximos e as experiências latino-americanas e caribenhas, assim como as nossas, vão se articular também partir da importância do trabalho doméstico remunerado de cuidados e do reconhecimento de que o papel da família no trabalho de cuidados, em especial das mulheres, é ainda muito valorizado, inclusive pela própria família e que para avançarmos rumo à construção de uma sociedade com o cuidado no centro os desafios serão inúmeros, inclusive de desfamiliarizar o cuidado tal qual o temos organizado hoje.

A centralidade do cuidado tem sido progressivamente incorporada às agendas públicas da região, como resultado das contribuições do movimento feminista. Um exemplo, é o Uruguai que implementou em 2015 o primeiro Sistema Nacional Integrado de Cuidados da América Latina, um modelo corresponsável que envolve as famílias, o Estado, a comunidade e o mercado na prestação de cuidados.

Em 2020, foi a vez de a Colômbia apresentar uma importante experiência, com as Manzanas del Cuidado (Maçãs do Cuidado), equipamento público dedicado à promoção do cuidado às mulheres cuidadoras em Bogotá. Em 2021, a Argentina reconheceu formalmente o cuidado materno como trabalho, permitindo que mais de 155 mil mulheres conseguissem se

aposentar após contar como tempo de trabalho o período em que se dedicaram à criação dos filhos.

Como podem ver, tem muita ação e inovação em curso. O que é essencial, já que nos países considerados, assim como no Brasil, as condições para a família continuar a exercer o principal papel na provisão do cuidado, estão cada vez menores, e tem impactado na qualidade do cuidado que se tem ofertado. O que pode ser evidenciado nos índices de pobreza nos domicílios onde as mulheres são as principais cuidadoras, nos indicadores sobre emprego e renda de mulheres mães, assim como nas trajetórias de acesso a direitos de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com maior grau de dependência. (Dighiero, 2015).

As políticas de cuidado vêm se consolidando na América Latina e no Caribe (ONU Mulheres e CEPAL, 2021), enquanto agenda política interseccional, como resposta a um conjunto de crises estruturais que agravaram e ampliaram os níveis de desigualdade na região.

A tensão econômica e política, o envelhecimento crescente da população, bem como as mudanças climáticas que agravam os desastres ambientais, são fatores que pressionam a dinâmica social de cuidados. A atual organização social do cuidado se baseia no modelo de cuidado familiar e na divisão sexual do trabalho que afeta mulheres de forma mais acentuada. Dessa forma, fica evidenciado um contexto em que os trabalhos de cuidados, fortemente feminilizados e radicalizados, são frequentemente realizados de forma não remunerada ou precarizada (CEPAL, 2023).

A pandemia de COVID-19, por sua vez, corroborou para ampliar o nível de sobrecarga em atividades cuidados a que são expostas, em especial, as mulheres negras (CEPAL, 2021) encarregadas das atividades de cuidados. Por outro lado, as necessidades de cuidado não são atendidas de forma igual. O impacto desproporcional nas populações periféricas e racializadas, pessoas idosas e pessoas com deficiência (CEPAL, 2020) mostrou que nem todos tiveram o mesmo acesso a medidas de proteção sanitária ou para emergentes necessidades de cuidado do período, como em questões relacionadas à saúde mental, por exemplo é importante ressaltar que, nos últimos 15 anos, países da América Latina firmaram seis acordos para formulação de políticas de cuidados, dando destaque a princípios fundamentais como universalidade, acesso progressivo e corresponsabilidade.

As mudanças sociodemográficas em curso no Brasil e no mundo demandam políticas integradas de cuidado, que atendam, de forma integrada e interdependente, quem cuida (de

forma remunerada e não remunerada) e quem é cuidado, em uma perspectiva de garantia de direitos.

Para que essas políticas de cuidado sejam desenhadas, é fundamental mobilizar abordagens como a de transversalidade de gênero e a interseccionalidade com outras relações produtoras de desigualdades, especialmente raça e etnia. Instrumentos de gestão de políticas – como planos nacionais e produção de evidências – são estratégicos para viabilizar o desenho de Políticas Nacionais de Cuidados em uma perspectiva transversal e interseccional, assim como atividades de formação.

Até recentemente, a "questão dos cuidados" não estava explicitamente abordada em níveis internacional (Globo), continental (América) e regional (América Latina e Caribe), embora vários instrumentos internacionais tenham tangenciado o tema ao longo do tempo. No entanto, recentemente, os cuidados emergiram como um tema central na região, sendo utilizado tanto para denunciar as desigualdades nas relações sociais quanto para apontar caminhos em direção a uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, ou seja, uma sociedade centrada nos cuidados (CEPAL, 2022).

A Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, o principal fórum regional intergovernamental sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, organizada pela CEPAL - enquanto Secretaria Técnica-, tornou-se particularmente relevante. Com a participação de organismos internacionais, academia, sociedade civil e movimentos feministas e de mulheres, a Conferência desempenha um papel fundamental na disseminação de ideias sobre os cuidados como direito, políticas públicas e na apresentação de recomendações para os países nessa direção.

A partir de todos os elementos deixamos evidente a necessidade de análises e da promoção de diálogos inter e intersetoriais capazes de transversalizar e interseccionar a temática do cuidado enquanto trabalho, necessidade e direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANGO, J.; COSSANI, P. Rumo à construção de sistemas integrais de cuidados na América Latina e no Caribe: elementos para sua implementação. Cidade do Panamá: ONU Mulheres; CEPAL, nov. 2021. Disponível em:

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/rumo_construcao_sistemas_integrais_cuidados.pdf.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Org.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2003.

CEPAL. La sociedad del cuidado Horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género. 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48363-la-sociedad-cuidado-horizonte-recuperacion-sostenible-igualdad-genero>. Acesso: 01 set. 2024.

DIGHIERO, K. B. (2015). Las políticas y el cuidador en América Latina. Una Mirada a las experiencias regionales. Santiago de Chile: CEPAL. Disponível em

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/37726-politicas-cuidado-america-latina-mirada-experiencias-regionales> Acesso: fev. 2025.

DIEESE. Figura 2 - Inserção das mulheres no mercado de trabalho. 2024.. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2024/mulheresBrasilRegioes.pdf>

Acesso: fev. 2025.

FREDERICI, Silvia. Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado. TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI>. Acesso em: jul. 2024.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. 2020. O gênero do cuidado: Desigualdades, significações e identidades. Cotia: Ateliê Editorial. 296 p.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Org.). Cuidado e cuidadoras: as novas faces do trabalho do care. São Paulo: Ed. Atlas, 2012, 248 p.

MAPURUNGA, F. A. D. “Experiências exitosas em políticas de apoios e cuidados para pessoas com deficiência na América Latina e em países de outras regiões: considerações para a construção da Política Nacional de Cuidados do Brasil”, Documentos de Projetos (LC/TS.2024/35), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2024.

OXFAM. Tempos de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil. Relatório, 2019. Site:

<https://www.oxfam.org.br/blog/trabalho-decuidado-uma-questao-tambem-economica/> Acesso: 15 mai. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Vol. 20, nº2, pp 71-99, 1995. Disponível em

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso: fev. 2025.